

PF mira escritório de advocacia por supostas notas frias

A Polícia Federal iniciou na manhã desta terça-feira (4/2) operação para investigar um escritório de advocacia que supostamente teria emitido notas fiscais frias e repassado dinheiro em espécie para o Consórcio Soma.

Reprodução



Ações da PF nesta terça (4/2) miram escritório de advocacia em São Paulo

Batizada de “operação chorume”, sétima fase da “operação descarte”, a PF também apura se o consórcio, que foi responsável por serviços de limpeza urbana em São Paulo, teria obstruído as fiscalizações da Receita Federal em 2017 por meio de pagamento de R\$ 3 milhões.

Ao todo, foram emitidos 21 mandados de busca na capital paulista, além de Barueri, Francisco Morato, Santos, Parnaíba, Santana, São José do Rio Preto, Itajaí (SC), Brasília (DF) e Cidade Ocidental (GO).

Desdobramento da “lava jato”, a “operação descarte” teve início em março de 2018. De partida, a PF mirou o consórcio Soma. As ações foram impulsionadas pelas delações do doleiro Alberto Youssef e do empresário Leonardo Meirelles.

De acordo com a PF, o consórcio adquiriu botas, sapatênis, uniformes, entre outros equipamentos, para lavar R\$ 200 milhões. A investigação também aponta uma suposta compra de R\$ 14,27 milhões em sacos de lixo entre 2014 e 2016.

A PF diz que um escritório de advocacia em São Paulo supostamente seria responsável por gerenciar a emissão de notas frias de fornecimento de matéria-prima e prestação de serviços para o consórcio Soma.

Até o momento, afirma a investigação, foram identificadas três pessoas que entregariam dinheiro para a banca. O valor seria repassado a clientes do escritório.

Informações obtidas pela **ConJur** revelam que a diligência da Polícia Federal, ao fim e ao cabo, restou infrutífera.

Texto atualizado às 11h45 desta terça-feira (4/2).

Date Created

04/02/2020